



DESDE 25 DE NOVEMBRO DE 2019

Edição N.º 135 / 2025

Publicação: Quinta-Feira, 31 de Julho de 2025

Requerente: 7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.**PI E-20/001.009536/2024** (Tutela Coletiva: Procedimento de instrução - Irregularidades no estabelecimento comercial denominado "Canecos Beer"). **Requerente:** 7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.**PI E-20/001.003163/2025** (Tutela Coletiva: Procedimento de instrução - Irregularidades no estabelecimento comercial denominado "Bar do Português"). **Requerente:** 7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.**PI E-20/001.003763/2024** (Tutela Coletiva: Procedimento de instrução - Impossibilidade de realização de matrícula e transferência de alunos na rede municipal de educação). **Requerente:** 7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.**PI E-20/001.001736/2025** (Tutela Coletiva: Procedimento de instrução - Implementação de cotas raciais no concurso público municipal nº 01/2025). **Requerente:** 7º Núcleo Regional de Tutela Coletiva.**Assuntos Gerais.**

Id: 202501140 - Protocolo: 1859661

Corregedoria Geral - CG

Ordem de Serviço

| De 30.07.2025

Referência: Processo nº E-20/001.000138/2018

ORDEM DE SERVIÇO CG/DPGERJ Nº 02/2025 DE 30 DE JULHO DE 2025

DISPÕE SOBRE A FORMALIZAÇÃO E REGISTRO DOS ENCAMINHAMENTOS DE ASSISTIDOS ENTRE ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA

A CORREGEDORA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de padronizar e formalizar os procedimentos de encaminhamento de assistidos entre os diversos órgãos da Defensoria Pública;
- a importância de garantir a transparência, o controle e a segurança jurídica de todos os atos praticados no atendimento aos hipossuficientes;
- a diretrizes contidas na **Resolução DPGE nº 800, de 24 de agosto de 2015**, que, em seu art. 2º, estabelece a instrumentalização de encaminhamentos do assistido por ofício em casos específicos;
- as disposições da **Resolução DPGERJ nº 1131, de 10 de janeiro de 2022**, que, em seu art. 6º, § 1º, determina que o encaminhamento ao Defensor(a) Público(a) tabelar seja feito por ofício, em caso de não patrocínio de pretensão;
- o dever dos membros da Defensoria Pública de relatar suas atividades e sugerir melhorias nos serviços, conforme o art. 129, § 1º, VIII, da Lei Complementar nº 6, de 12 de maio de 1977;
- a função institucional da Defensoria Pública de prestar atendimento interdisciplinar e assegurar o acesso à informação e a qualidade do atendimento, conforme os arts. 4º e 4º-A da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;
- a competência da Corregedoria-Geral para baixar normas visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da





Defensoria Pública, de acordo com o art. 105 da Lei Complementar nº 80/94;

- os princípios da publicidade, transparência e acesso à informação que regem a administração pública, estabelecidos na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

- os direitos básicos do usuário dos serviços públicos, incluindo a obtenção de informações precisas e de fácil acesso, previstos na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017;

- a imprescindibilidade do registro formal dos encaminhamentos no sistema Verde para o acompanhamento estatístico, gestão e prestação de contas das ações da Defensoria Pública.

RESOLVE:

Art. 1º O encaminhamento de assistidos para outro órgão da Defensoria Pública deverá ser realizado, obrigatoriamente, por meio de **ofício**.

Art. 2º O referido encaminhamento deve ser **registrado no sistema Verde**, com todas as informações pertinentes ao assistido e ao motivo do encaminhamento.

Art. 3º É **vedado o encaminhamento de assistidos entre os órgãos da Defensoria Pública por meios informais ou exclusivamente verbais**.

Art. 4º Os ofícios de encaminhamento deverão conter, no mínimo:

I - Identificação completa do assistido;

II - Breve resumo do caso e motivo do encaminhamento;

III - Indicação clara do órgão da Defensoria Pública de destino;

IV - Data e assinatura do(a) Defensor(a) Público(a) remetente.

Art. 5º Os registros no sistema Verde deverão refletir fielmente as informações contidas nos ofícios de encaminhamento, assegurando a rastreabilidade e a fidedignidade dos dados.

Art. 6º Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2025.

FÁTIMA MARIA SARAIVA FIGUEIREDO

Corregedora-Geral da Defensoria Pública

Id: 202501138 - Protocolo: 1859441

Coordenação de Movimentação - COMOV

Ato de Designação

| De 30.07.2025

Referência: Processo nº E-20/001.010822/2019

DESIGNA, por meio do Of. DPGERJ/COMULHER/nº 99/2025/GT Feminicídio, o(a) Exmo(a). Defensor(a) Público(a) **FABIO AMADO DE SOUZA BARRETTO** para, sem prejuízo de suas atribuições, atuar no interesse de **A.S. do N.**, nos autos do processo nº. **0014203-85.2025.8.19.0001**, que tramita no 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital;

